

Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

A Educação para o Desenvolvimento (ED)

Definir ED é uma tarefa sempre inacabada e complexa. No entanto, são necessários guias para a reflexão e a acção, daí que a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) considere como pontos de partida válidos as definições seguintes:

Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) – 2002

A ED é um processo dinâmico, interactivo e participativo que visa: a formação integral das pessoas; a consciencialização e compreensão das causas dos problemas de desenvolvimento e das desigualdades locais e globais num contexto de interdependência; a vivência da interculturalidade; o compromisso para a acção transformadora alicerçada na justiça, equidade e solidariedade; a promoção do direito e do dever de todas as pessoas, e de todos os povos, participarem e contribuírem para um desenvolvimento integral e sustentável. A ED não pode nunca confundir-se com campanhas de angariação de fundos, com objectivos de visibilidade e *marketing* de organizações ou acções, nem com iniciativas de informação oficial sobre ajuda ao desenvolvimento. A singularidade da ED é a sua vinculação ao hemisfério Sul e, por isso, o que a distingue de outras "Educações para..." é o ter sempre em conta os discursos e as propostas que são feitos sobre e pelo hemisfério Sul.

Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa – 2005

A ED constitui um processo educativo constante que favorece as inter-relações sociais, culturais, políticas e económicas entre os hemisférios Norte e Sul, e promove valores e atitudes de solidariedade e cooperação.



riedade e justiça que devem caracterizar uma cidadania global responsável. Consiste num processo activo de aprendizagem que pretende sensibilizar e mobilizar a sociedade para as prioridades do desenvolvimento humano sustentável. É um instrumento fundamental para a criação de uma base de entendimento e de apoio junto da opinião pública mundial para as questões da cooperação para o desenvolvimento.

Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento: o Contributo da Educação para o Desenvolvimento e da Sensibilização – 2007
A ED e a Sensibilização contribuem para a erradicação da pobreza e para a promoção do desenvolvimento sustentável através de abordagens e actividades educativas e de sensibilização da opinião pública baseadas nos valores dos direitos humanos, da responsabilidade social, da igualdade de género e num sentimento de pertença a um só mundo, em ideias e percepções das disparidades entre as condições de vida dos seres humanos e dos esforços necessários para ultrapassar essas disparidades, bem como na participação em acções democráticas que influenciam as situações sociais, económicas, políticas ou ambientais que afectam a pobreza e o desenvolvimento sustentável.

Caracterizar a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2010-2015)

A adopção de uma Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento constitui um desafio de grande importância para Portugal. Desde logo, porque é um repto com que a sociedade portuguesa está crescentemente confrontada, no quadro de uma globalização que desterritorializa a cidadania e os seus pressupostos.

Com efeito, a noção tradicional de cidadania partia de fronteiras nítidas de inclusão/exclusão, coincidentes com os vínculos de pertença a uma comunidade nacional. Esse conceito clássico tem vindo a ser progressivamente desafiado por dinâmicas diversas, desde os fluxos migratórios até à globalização dos mercados, passando pelas novas espacialidades de referência dos movimentos sociais. O quadro de significação dos direitos e das responsabilidades individuais e colectivas, quer em termos ju-



rídicos quer em termos ético-políticos, é cada vez mais o de uma interacção complexa entre o planeta no seu todo e o local que habitamos ou em que agimos. É nesse colapso de escalas de pensamento e acção que hoje ganha sentido a assunção de responsabilidades directas de cada um e cada uma e de cada grupo pela governação com impactes globais. Desde logo porque essa interacção entre o local e o global nos faz agentes (e não só espectadores e espectadoras passivos) quer das proximidades quer das assimetrias entre Norte global e Sul global, o que se tornou em elemento essencial da condição cidadã no nosso tempo.

Neste contexto, além de facilitar uma efectiva apropriação pelos cidadãos e cidadãs das políticas de desenvolvimento com base num conhecimento crítico das problemáticas nela envolvidas, uma Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento deve ser assumida como instrumento essencial para permitir, a prazo, o acesso universal e de qualidade à ED e, assim, contribuir para a consolidação do compromisso de todas as pessoas com a resposta necessária às desigualdades e injustiças que se apresentam ao nível local e global.

Foi neste quadro que se definiu, para um período de cinco anos, um conjunto de princípios, objectivos e medidas e um plano de acção, de acordo com uma metodologia e um processo de elaboração determinados.

Objectivos da ENED

Objectivo geral

Promover a cidadania global através de processos de aprendizagem e de sensibilização da sociedade portuguesa para as questões do desenvolvimento, num contexto de crescente interdependência, tendo como horizonte a acção orientada para a transformação social.

Objectivos específicos

Capacitação, diálogo e cooperação institucional

Promover a capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil relevantes enquanto actores de ED e criar dinâmicas e mecanismos de diálogo e de cooperação institucional.

Educação formal

Promover a consolidação da ED no sector da educação formal em todos os níveis de educação, ensino e formação, contemplando a participação das comunidades educativas.

Educação não formal

Promover o reforço da ED na educação não formal, contemplando a participação de grupos diversos da sociedade portuguesa.

Sensibilização e influência política

Promover actividades de sensibilização e de influência política implicando a concertação entre actores.

Princípios da ENED

- Equidade
- Justiça social
- Cooperação
- Solidariedade
- Co-responsabilidade
- Participação
- Coerência

Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

Metodologia e processo de elaboração da ENED

O processo de elaboração da ENED, iniciado em 2008, foi levado a cabo pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) juntamente com outros actores governamentais e não governamentais referenciados como particularmente relevantes neste domínio. Tendo como objectivo o desenho e implementação de uma estratégia participada, assente na sua apropriação por diferentes actores nacionais, a elaboração da ENED foi apoiada pela articulação de dois grupos de trabalho com o apoio de uma equipa redactora.

O grupo de trabalho 1: teve como funções a mobilização dos actores relevantes em matéria de ED, o planeamento e desenvolvimento das reuniões com o *grupo de trabalho 2*, a discussão e integração dos contributos de outras entidades. Além disso, foi responsável pela definição de uma estrutura do documento, a discussão e estabelecimento dos objectivos e medidas da Estratégia e a discussão/revisão dos documentos elaborados pela equipa redactora. Foi constituído pelo IPAD, o Ministério da Educação, através da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, a Plataforma Portuguesa das ONGD e a ONGD CIDAC, enquanto membro do GENE – Global Education Network Europe.

O grupo de trabalho 2: teve como funções a contribuição para uma Oficina de Definição Conceptual e a participação na elaboração da Estratégia através de comentários e sugestões nas reuniões previstas. A escolha das organizações constituintes do grupo de trabalho deveu-se às suas áreas de actuação – ambiente, diálogo intercultural, género, educação, entre outros – e aos públicos com os quais trabalham.

Instituições Públicas

- APA – Agência Portuguesa do Ambiente
- ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural
- CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
- Comissão Nacional da UNESCO
- Conselho Nacional de Educação
- Instituto Português da Juventude

Organizações da Sociedade Civil

- APEDI – Associação de Professores para a Educação Intercultural
- CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente
- Comissão Nacional Justiça e Paz
- Conselho Nacional da Juventude
- Fundação Calouste Gulbenkian

Formas de intervenção em ED

Intervenção pedagógica

Dirige-se potencialmente a todas as pessoas, entidades e grupos informais e constitui o «coração» da ED, porque promove a aprendizagem da leitura crítica das desigualdades locais e globais, num contexto de interdependência e da identificação das suas causas e a mobilização para o compromisso com a transformação destas realidades. Implica conhecer, reflectir, problematizar, encontrar ou criar propostas alternativas para as situações ou modelos que perpetuam a injustiça e tentar concretizá-las. Em coerência, exige um envolvimento activo dos sujeitos, tanto individuais como colectivos, na revisão permanente das suas próprias perspectivas e práticas.

Sensibilização

Dirige-se à população em geral ou a grupos específicos e é considerada como uma das formas de intervenção em ED na medida em que constitui um primeiro passo para a consciencialização das cidadãs e dos cidadãos relativamente à injustiça, à iniquidade e à falta de solidariedade no mundo global no qual todos e todas vivemos, permitindo quebrar o ciclo vicioso de desconhecimento e indiferença. O seu objectivo geral é, assim, o de alertar para problemáticas e situações, para as respectivas causas e para possibilidades de alternativas mais justas, equitativas e solidárias, despertando questionamentos, reflexões e vontade de conhecer e aprender mais e agir em coerência. As acções de sensibilização da opinião pública têm muitas vezes como objectivo específico influenciar a tomada de decisão relativamente a uma questão em particular, considerada como essencial no contexto da ED, através da mobilização dos cidadãos e cidadãs.

Influência política

Dirige-se a quem tem poderes de decisão (político, económico, religioso, entre outros), tanto ao nível local, como nacional e supranacional e é também uma forma de intervenção em ED quando se trata de fornecer argumentos a pessoas ou instituições com poder para tomar decisões significativas de modo a que possam respeitar compromissos publicamente assumidos, mudar as políticas vigentes ou infletir medidas em preparação, no sentido de assegurar decisões que promovam a justiça, a equidade e a solidariedade no contexto global. A influência política pode exercer-se sob diferentes formas como, por exemplo, o lobi (quando se pretende tomar novas medidas ou mudar o sentido de uma medida concreta já existente, nomeadamente de carácter legislativo) e a advocacy (quando se julga fundamental mudar uma política relativa a uma determinada questão ou problemática, o que implica em geral uma intervenção mais prolongada no tempo e mais complexa).